

ARTIGO

O MST E A SUA INSTALAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA EM 2006

RESUMO: O presente artigo apresenta o processo de formação e consolidação do MST, a importância desse movimento para a luta pela reforma agrária no Brasil, bem como a sua instalação no estado de Roraima, investigando, preliminarmente, os objetivos dessa organização com a sua implantação na Amazônia Setentrional.

Palavras Chave: reforma agrária, Roraima, MST, camponeses.

INTRODUÇÃO

As discussões aqui apresentadas tratam de um recorte de nossa pesquisa de mestrado sobre a política de assentamentos rurais, desenvolvida pelo governo federal no Estado de Roraima, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Portanto, discorreremos neste artigo sobre a história e o desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a instalação dessa organização na Amazônia Setentrional, região fronteira com a República Bolivariana da Venezuela.

Acreditamos que esse tema seja relevante considerando a novidade da presença recente do MST no extremo Norte brasileiro, o que provavelmente será do interesse de estudantes da área de ciências humanas e sociais e para pesquisadores dos movimentos sociais rurais.

¹Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR e Mestrando em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, convênio MINTER UFMA/UFRR. cacaurr@uol.com.br

Assim, pretendemos compreender a caminhada histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como se configurou sua gestação, de que maneira sua forma organizativa foi se estabelecendo, quais suas articulações com outras forças sociais e os seus objetivos com a chegada em Roraima. Porém, lembramos que esse texto é uma exposição inicial de uma pesquisa em andamento.

O CENÁRIO NACIONAL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Para escrever sobre o MST é necessário fazer uma visita à história do Brasil e conhecer melhor o processo de ocupação de terras, desde o período colonial, passando pelo período do império, até alcançarmos a república, buscando o entendimento da questão agrária brasileira.

A questão agrária no Brasil está relacionada principalmente com uso e o acesso a terra. Para muitos estudiosos a herança recebida pelos brasileiros da América Portuguesa, seja das Capitânicas Hereditárias ou das Sesmarias, sistema de distribuição de terras que perdurou até 1822, seria um dos problemas da nossa distribuição desigual de terras. Porém, outros pesquisadores, como José de Sousa Martins (1980 e 2003), consideram que a Lei de Sesmarias do Reino de Portugal não seria a maior responsável pela formação do latifúndio brasileiro, mas sim a escravidão tanto indígena, quanto a africana. Para este autor, a Lei de Terras de 1850 foi a maior garantia da grande propriedade e do acesso a terra para uma parcela diminuta da sociedade brasileira.

A apropriação de grandes extensões de terras faz parte da vida nacional desde os primeiros momentos de nossa história, porém o seu uso deveria atender aos interesses do Estado ou do Rei, caso contrário, as terras inadequadamente utilizadas poderiam ser retomadas pela Coroa. No entanto, quando o país torna-se independente a forma de acesso a terra é, de certa maneira, liberado, pois aquele sistema sesmarial baseado na raça, no sangue puro e na religião, deixou de existir e assim os homens livres com capacidade de cercar e explorar a terra o faziam tomando sua posse. Mas com o fim da escravidão, os senhores de terra anteciparam-se aos fatos e em 1850

pressionaram o Estado para o estabelecimento de uma regulamentação que definisse o acesso a terra, certamente com receio de que com terras livres e homens livres, não haveria força de trabalho para suas fazendas. Dessa maneira, é instituída a Lei de Terras.

Com a Lei de 1850, o Estado brasileiro perdeu sua função de regulador da terra, permitindo aos proprietários o domínio completo sobre o seu uso. Por outro lado, o acesso a terra passou a ser permitido independente de questões raciais e religiosas, contudo o meio de se conquistar a terra seria por intermédio da compra, uma forma legal de restringir a posse da terra aos indígenas, aos africanos e seus descendentes e aos colonos europeus que chegavam a partir da segunda metade do século XIX. Na prática, porém, muitos proprietários utilizaram de meios ilegais para ampliar suas posses ou conquistar novas terras, como a grilagem, falsificação de títulos e a corrupção, sempre com a complacência dos representantes do Estado.

Desde o período colonial, passando pelo Brasil Império, as grandes fazendas estiveram voltadas para exportação; o abastecimento com alimentos básicos para o dia a dia dessas propriedades e das cidades era efetuado por pequenos proprietários, em parte por ex-escravos que de alguma forma obtiveram sua liberdade, ou dentro das próprias fazendas, durante o período que não era dedicado a cultura principal (GARCIA, 2003). A monocultura para exportação permitiu acumulação de capital por parte dos chamados senhores de terra, mas propiciou uma forte concentração de poder, tanto em relação ao Estado, como na dominação dos milhões de trabalhadores que se dedicavam a produção agrícola e viviam, de forma dependente, ao redor dessas grandes lavouras.

Os latifúndios ou plantation, até 1888, contavam com a mão de obra escrava, inicialmente indígena e posteriormente com africanos e seus descendentes. Com o fim da escravidão, os senhores de terra solicitaram e receberam apoio do Estado brasileiro para atraírem imigrantes europeus para substituir aqueles trabalhadores.

Esta transformação nas relações de produção da grande lavoura estava relacionada a crise do modelo agroexportador e ao desenvolvimento do capitalismo. A substituição de escravos por trabalhadores livres não implicou

em uma relação salarial entre os proprietários e empregados, formas de pagamento foram criadas ou reinventadas, estabelecendo outras maneiras de dependência como um novo regime de trabalho que ficou conhecido como colonato.

Parte desses imigrantes foi direcionada para a região sul, onde havia disponibilidade de terras e receberam lotes de 25 a 50 hectares e outros seguiram para São Paulo e Rio de Janeiro, não dispondo de terras e foram obrigados a trabalhar em fazendas de café sob o regime acima mencionado.

De acordo com Martins (2003), os antigos escravos, por volta de 2 (dois) milhões de pessoas, espalharam-se por todo o país, muitos seguiram para cidades portuárias onde o emprego dependia basicamente da força física, pois simplesmente foram abandonados pelos senhores de terras e o Estado negou o acesso livre a terra com a Lei de 1850. Mesmo com todos os impedimentos milhares de ex-escravos partiram para os quilombos, mantendo uma vida ligada ao meio rural, porém sem a posse legal das terras ocupadas, situação que somente nos últimos anos vem sendo regularizada.

Ao final do século XIX, com a proclamação da República, a elite pretendia inserir o país, efetivamente, no modelo econômico que vinha sendo desenvolvido na Europa, buscando uma nova inserção no mercado mundial. Para isso seria necessário um maior desenvolvimento do capitalismo, iniciando, assim, um processo de industrialização e urbanização. Essas mudanças atingiram o campo, porém o sistema baseado na grande propriedade rural, mesmo perdendo parte do seu poder para a nascente burguesia industrial, manteve sua capacidade de influenciar as decisões do Estado brasileiro.

Para Oliveira (1988), as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir de 1930, estão relacionadas ao processo de industrialização e ao fim da hegemonia do modelo agrário-exportador na economia brasileira. Dessa forma, o interesse do Estado brasileiro foi dirigido para o financiamento do setor industrial, ficando a agricultura em segundo plano, com custos financeiros maiores que os anteriores.

Essas mudanças causaram impactos no mundo do trabalho, pois os trabalhadores do campo foram expulsos para cidades, transformando-se em

“exército de reserva” para a emergente industrialização. Nesse aspecto, Oliveira (1988) discute o papel preponderante do Estado na constituição desse novo modelo de sociedade, introduzindo uma nova legislação trabalhista e apoiando o desenvolvimento industrial.

A forma encontrada para o avanço do capitalismo, a partir do pensamento acima apresentado, aponta para uma aliança entre setores chamados modernos e arcaicos para uma provável unificação e quebra de dualidade entre esses sujeitos.

A intervenção na agricultura teve propósitos de beneficiar o setor industrial. A política do Estado para agricultura, a partir dos anos 1930, foi de mantê-la como importante, porém, com reduzida autonomia para que não assumisse papel central na economia. Como também, a legislação trabalhista que atingiu os operários da cidade não foi estendida para os trabalhadores rurais.

Partindo da análise de Oliveira (1988), compreendemos a grande transformação que a sociedade brasileira vivenciou durante a era Vargas, com implicações e impactos para o futuro. O meio rural começou a viver o que seria concebido como modernização conservadora. O campo passou a receber uma maior influência das cidades, surgiram novas tecnologias e isso permitiu uma maior produtividade na agricultura. Assim, milhões de trabalhadores rurais sofreram com um novo processo de êxodo rural.

O passado escravista, o domínio dos senhores de terras das antigas plantation e a violência gerada por esse modelo não desapareceram por completo com o avançar do capitalismo. A aliança da burguesia industrial com os latifundiários levou aos moradores das grandes propriedades a situações mais precárias do que até então viviam.

Com toda modernização da sociedade brasileira, os direitos trabalhistas surgidos na era Vargas, só atingiram os trabalhadores rurais nos anos de 1960, já no período de ditadura militar. Assim, os deslocamentos das grandes lavouras para as cidades e novas fronteiras agrícolas se acentuaram. Os latifundiários por não pretenderem arcar com encargos sociais relativos aos moradores que viviam na área física de suas fazendas começaram a expulsar as famílias que a gerações ali residiam, ou pelo menos não aceitavam os filhos

dessas famílias e novos moradores. Dessa forma, a vida desses agricultores, que dependiam somente dos seus esforços para garantir sua sobrevivência, mesmo sob uma situação de subordinação aos proprietários, passou a enfrentar novos desafios, pois aquilo que livremente eles encontravam para sua subsistência, terra, água, lenha, transformou-se em mercadorias. Portanto, as famílias que não tiveram condições de gerar algum tipo de poupança, encontraram muitas dificuldades nesse novo ambiente.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o Brasil de certa forma, também vivenciou o processo clássico da questão agrária descrito por Kautsky (1980), onde as pequenas propriedades seriam absorvidas pelas grandes, assim como ocorreria com as indústrias, as maiores incorporariam as menores, onde os camponeses transformar-se-iam em operários das fazendas-empresas ou seriam expulsos para as cidades servindo como mão-de-obra para a indústria, com ciclos de menor e maior expansão da grande propriedade.

Porém, como demonstrado por Ianni (1979) e Martins (1980), os camponeses no Brasil seguiram destinos diversos daquela proposição de Kautsky. A Amazônia tornou-se o destino de muitos trabalhadores rurais em busca de terra livre para viver, um movimento que foi acentuado durante a ditadura militar, mas que prosseguiu ao longo dos anos seguintes. Os militares, mesmo sabendo da necessidade de uma reforma agrária, trataram o problema com forte repressão, pois temiam as manifestações que poderiam apresentar algum sentido revolucionário, ao mesmo tempo em que incentivaram a ocupação da região norte com projetos de colonização rural. Deve ser destacado que essas ações do Estado brasileiro estavam carregadas de interesses, tanto no aspecto da redução de conflitos sociais em algumas regiões do país, como de ocupar estrategicamente uma parte significativa do território nacional. A questão agrária foi tratada como um problema de segurança nacional e não com o estabelecimento de uma política de reforma agrária. As expressões criadas pelos militares parecem explicar muito bem esse momento de nossa história: “Amazônia, integrar para não entregar” e “Amazônia, uma terra sem homens, para homens sem terras”.

Outro fator importante, diante de todo o desenvolvimento do agronegócio que o país passou a contar, com o aprofundamento da chamada

modernização conservadora, foi a permanência ou a resistência da produção familiar para subsistência, também demonstrando que a leitura clássica da questão agrária no Brasil deve ser revista. Mesmo diante de todo o poder do novo sistema econômico, as pequenas propriedades e outras diversas formas de se viver no campo persistiram e permanecem até o presente, o que indica que em relação ao desenvolvimento rural, não existem destinos inexoráveis (GARCIA, 2006).

A CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MST

Como observamos no ponto anterior, a questão agrária brasileira está muito mais ligada a distribuição e acesso a terra do que efetivamente a um problema de produção agrícola. Assim, a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está vinculada ao panorama acima descrito e aos movimentos que ocorreram ao longo desses anos de lutas pelo direito a terra.

Formalmente, o MST foi constituído no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. Entretanto, até essa data, várias lutas foram travadas nas áreas rurais por todo interior do Brasil (FERNANDES, 1999).

A luta pela terra que os sem-terra iniciaram ao final dos anos de 1970 não pode ser desvinculada da história de expropriação e exploração que a grande propriedade impôs a milhões de trabalhadores, desde o período colonial, principalmente aos acontecimentos do século XIX, em especial, com a Lei de Terras. A partir desse momento, o homem livre que desejasse lavrar a terra teria que ter capacidade de comprá-la do Estado, aqueles que não possuísem capital para comprar terra ou força e violência para grilar as áreas públicas e de posseiros, migrariam para as cidades ou viveriam das mais variadas formas no entorno dos grandes latifúndios, ou ainda, seguiriam para frentes de expansão. Milhões de trabalhadores transformaram-se em meeiros, posseiros, parceiros e em outras maneiras de trabalho que atenderiam ao desenvolvimento do capitalismo no campo, mas que não eram necessariamente formas assalariadas (FERNANDES, 1999 e MARTINS, 2003)

Assim, é a partir dessa época que podemos considerar que os sem-terra começam a surgir na sociedade brasileira, indígenas, ex-escravos, imigrantes e toda uma população que vivia na dependência ou no entorno das grandes propriedades e que foram proibidos de livremente terem acesso a terra.

Os processos de expropriação da terra causaram revoltas, mesmo que isoladas, em várias épocas de nossa história. Movimentos de resistência que mobilizaram milhares de camponeses, não apenas contra o latifúndio, mas contra grandes projetos de desenvolvimento que não eram discutidos ou apresentados a população em geral, mas que atendiam aos interesses das elites dirigentes no que diz respeito a inserção no mercado internacional e ao capitalismo.

Para ilustrar essas mobilizações sociais podemos considerar como referência histórica para formação do MST os movimentos de luta pela terra e pela liberdade iniciados com os indígenas resistindo ao aprisionamento e escravidão ou os vários quilombos que se transformaram em lugares de luta pela liberdade dos escravos africanos e seus descendentes. Do mesmo modo, as lutas do final do século XIX e início do século XX em defesa do direito ao acesso a terra, como o caso de Canudos e o Contestado, ou de rebeldia e violência como foi o caso do Cangaço no nordeste, onde homens e mulheres expropriados da terra ou cansados da exploração dos coronéis se juntaram em grupos para pilharem fazendas, comércios e vilas. Mesmo isolados, foram movimentos que representaram a luta dos brasileiros pelo direito a terra e demonstraram a capacidade da insurgência e do questionamento da ordem estabelecida. (FERNANDES, 1999)

Com a modernização econômica do país e o avanço do capitalismo no campo, novas formas de organização foram sendo criadas e a luta pela terra começava a se transformar em luta por reforma agrária, essas mudanças foram influenciadas por acontecimentos como a Revolução Russa e a chegada do partido comunista no Brasil. Então, em meados do século XX, surgem as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais, ampliando a resistência, o enfrentamento aos latifundiários, grileiros e ao próprio Estado (FERNANDES, 1999).

Não foram apenas as mobilizações sociais no campo que causaram uma efervescência no país na segunda metade século XX. Nas cidades os

trabalhadores também se organizavam e lutavam pela ampliação dos seus direitos e pelas chamadas reformas de base. Porém, com o advento da Revolução Cubana, a burguesia nacional se retraía no apoio as reformas. Dessa forma, a burguesia que optou por uma aliança com os setores conservadores da sociedade brasileira e com os militares, ao invés de aprofundar sua relação com os trabalhadores e ampliar a democracia no país, o que poderia propiciar, inclusive, um maior desenvolvimento capitalista, retrocedeu e articulou o golpe militar de 1964 (OLIVEIRA, 1988).

Todas as reformas de caráter popular foram canceladas, inclusive a reforma agrária, e as mobilizações sociais no campo e na cidade foram reprimidas. É certo que o Estatuto da terra foi aprovado no primeiro ano do regime militar, mas esta ação tinha muito mais o sentido de refrear os ânimos dos trabalhadores rurais em lutar pela reforma agrária, do que efetivamente implementar qualquer política pública com o objetivo de alterar e democratizar o acesso a terra (MEDEIROS, 1989).

Mesmo com a brutal repressão do regime, os trabalhadores rurais continuaram se organizando. Houve, inclusive, uma ampliação na sindicalização. Contudo, com o aparelhamento dos sindicatos pelo Estado, essas organizações, no geral, assumiram um caráter burocrático, assistencialista e conciliador.

Em virtude das precárias condições em que os trabalhadores rurais se encontravam, o avanço do capitalismo no campo com a ampliação dos latifúndios, da expropriação e exploração dos camponeses, várias lutas começam a eclodir em meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, eram lutas por terra e democracia. Assim, ressurgem velhos personagens e surgem novos sujeitos (MEDEIROS, 1989).

A participação e o apoio de religiosos na mobilização dos trabalhadores rurais foi bastante significativa, tanto por parte da Igreja Católica, especialmente os setores influenciados pela Teologia da Libertação, quanto membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana Brasileira.

Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. Na luta pela terra, o

livro do Êxodo era uma das referências dos estudos e reflexões a respeito do estado de violência em que viviam os trabalhadores. Rompendo as cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. Nas lutas pela terra e pela reforma agrária, desmascararam as políticas e os projetos dos militares. Evidenciaram as artimanhas encobertas pelo discurso oficial e partiram para a conquista da terra. (FERNANDES, 1999, p.34).

A Teologia da Libertação foi uma das matrizes que influenciou o MST e, assim como o pensamento marxista, chegou ao movimento por meio de militantes originados em várias tendências de esquerda que foram extintas ou perderam força política durante a repressão da ditadura militar, e que passaram a atuar em conjunto na CPT, Comissão Pastoral da Terra e nas Comunidade Eclesiais de Base, CEBs (SADER, 1988).

Com o processo de modernização conservadora em curso as tensões no campo se ampliaram, com conflitos por todas as regiões do país, mas em particular, ocorreram alguns acontecimentos no Rio Grande do Sul importantes para formação da futura organização dos trabalhadores rurais sem-terra.

Fernandes (1999) quando retrata o surgimento do MST no Rio Grande do Sul, aponta como fato marcante a expulsão de 1.800 famílias de colonos da Reserva Indígena Nonoai, por parte dos Kaingang, em 1978. Essa luta dos indígenas vinha ocorrendo desde de 1974, com apoio do CIMI, Conselho Indígena Missionário. Na verdade essa terra indígena era utilizada como uma válvula de escape da reforma agrária, pois o Estado, por meio do antigo SPI, Serviço de Proteção ao Índio, arrendava terras aos colonos desde 1940. Da mesma forma, em 1963, 5.000 famílias ligadas ao MASTER, Movimento dos Agricultores Sem-Terra, foram despejadas da fazenda Sarandi e de outros acampamentos; parte dessas famílias que resistiram, receberam como proposta do Governo de transformarem-se em rendeiros do SPI. Com aquela ação, os Kaingang reconquistaram as terras de sua reserva criada em 1847.

Assim, para essas famílias de trabalhadores rurais expulsas pelos Kaingang restaram três possibilidades: seguir para os projetos de Colonização na Amazônia; transformarem-se em trabalhadores assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, seguindo para as cidades; ou lutar pela terra no próprio local de origem. Muitos colonos preferiram a última opção, porém sem

existir uma entidade ou organização que os congregassem, muitos acamparam nas beiras de estradas, outros dependendo de parentes e conhecidos, vivendo em condições precárias; alguns ficaram sem ter para onde ir, perambulando pelos municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

Contudo, essa situação que era desoladora e que aparentava o fim de uma vida no campo se transformou em um momento de luta. Passados menos de dois meses da retirada da reserva indígena Nonoai, parte dos colonos iniciaram um processo de ocupações de terras públicas arrendadas para empresas particulares. Inicialmente de maneira isolada e sem uma forma de atuação e organização definida. Entre essas terras estava uma área da fazenda Sarandi. Assim, os colonos retomavam um movimento que tinha sido interrompido em 1963. Dessa forma, a luta dos colonos pela terra recomeçava com um sentido de resgate histórico de suas próprias lutas. Porém, com a chegada dos representantes do Estado e com a promessa de assentá-los, por meio de um programa de reforma agrária, os colonos foram dispersados. Mas o ato do governo de tentar desestimular os colonos na luta pela terra, acabou gerando o interesse em tantos outros que começaram a se deslocar na tentativa de serem cadastrados para participarem de um programa de assentamento do governo gaúcho.

Uma parte das famílias expulsas de Nonoai recebeu propostas de assentamento do governo estadual e do governo federal. Com isso, 128 famílias foram assentadas no município de Bagé, na região sul do estado e outras 550 famílias seguiram para um projeto de colonização em Mato Grosso.

Durante um longo processo de negociação alguns dos sem-terra, que não foram atendidos pelo governo estadual ou federal, ficaram vagando pelo interior do Rio Grande do Sul, solicitaram apoio de prefeituras, sindicatos e várias paróquias e por fim foram recebidos por um padre em uma casa paroquial. Esse grupo iniciou algumas discussões sobre o problema que enfrentavam e decidiram que a solução deveria ser encontrada por eles mesmos. Essa decisão foi influenciada pela leitura do Livro Êxodo que relata a libertação do povo de Deus em busca da terra prometida (FERNANDES, 1999).

Assim, passaram a visitar outros sem-terra com o objetivo de estabelecerem uma forma de organização e uma maneira de lutarem por seus direitos.

Inicialmente um dos caminhos encontrados foi a negociação com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, porém só obtinham promessas de estudo da situação e nunca se chegava a uma solução para os seus problemas; os representantes do governo sempre encontravam uma forma de ganhar tempo. Não vislumbrando mais nenhuma possibilidade de construir um acordo com o governo decidiram que essa questão apenas seria superada se o processo de ocupação de terras fosse retomado.

Então, na madrugada do dia 7 de setembro de 1979, 110 famílias iniciavam a ocupação das Glebas Macali e Brilhante. A influência da igreja nesses primeiros momentos foi marcante como podemos perceber em um dos primeiros atos dos acampados:

Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos.

Na tarde do dia 7 realizaram a primeira celebração. Recordaram a caminhada, passo a passo, como quem reconstrói a própria história, leram os versículos do livro do Êxodo, que descrevia a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida. (FERNANDES, 1999, p. 42).

Nessa ocupação já eram percebidos os traços característicos dos Novos Movimentos Sociais, em todas as atividades havia a presença marcante das mulheres e das crianças, inclusive nos momentos de tensão e enfrentamento, quando a polícia militar tentava retomar a área. Assim, as mulheres desde as primeiras mobilizações, se colocaram a frente da luta conquistando seu espaço e respeito dentro do movimento que estava germinando.

A partir dessa ação, vários acampamentos começaram a se mobilizar para ocupar novas terras, porém a repressão do regime militar não havia terminado e as polícias militar, federal, rodoviária federal e o exército começaram a se infiltrar nos acampamentos e a ter informações das ações dos sem-terra, contribuindo para que algumas ações fossem frustradas.

Entretanto, a capacidade de repressão do Estado não conseguiu conter o movimento e as ações isoladas e organizadas continuaram a ocorrer. No dia 8 de dezembro de 1980 foi iniciado um novo acampamento, que ganhou

dimensões importantes, pois ao longo do seu desenvolvimento foi angariando simpatias da população em geral para a causa da reforma agrária e o movimento dos sem-terra começou a se articular com várias instituições. Esse acampamento assim como vários outros, adotou uma cruz para simbolizar a luta dos sem-terra.

Como símbolo de resistência, os sem-terra fizeram uma cruz rústica. Começaram a receber apoio e contribuições de sindicatos de várias categorias de trabalhadores, de comunidades de diversas paróquias, de alguns prefeitos, de agricultores e de estudantes. De modo que na festa da Páscoa comemoraram a caminhada e colocaram escoras na cruz, que tinham os nomes das entidades que auxiliavam na luta. No princípio, a cruz era fincada na terra. Depois com as ajudas que receberam, a cruz passou a ser sustentada pelas escoras que simbolizava os apoios. Assim, sempre que havia uma manifestação, a cruz era transportada e era mantida em pé pelas escoras. (FERNANDES, 1999 : 46).

Esse relato histórico de Fernandes (1999) nos remete a idéia discutida por Scherer-Warren (1993 e 2006) de redes de movimentos sociais. O MST ainda em seu processo de germinação já lançava as sementes de um movimento social em rede. A manutenção do Acampamento Encruzilhada Natalino contou com a solidariedade de vários setores da sociedade civil, o que mais tarde se transformaria em uma rede de apoio a nova organização que estava nascendo, seja da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base, da OAB, de Sindicatos de Trabalhadores e de tantas outras entidades que viriam a apoiar sua luta.

O Acampamento Encruzilhada Natalino teve toda uma simbologia para o movimento dos sem-terra, pois sofreu uma violenta repressão do governo federal, inclusive com o controle de quem entrava e de quem saia. Alguns acampados receberam propostas de serem assentados em projetos de colonização da Amazônia; mais uma vez a demonstração de que os projetos de colonização eram na verdade programas de contra-reforma agrária. Muitos, devido as condições de precariedade em que viviam e por conta da pressão exercida pelo governo, acabavam aceitando as propostas. O governo estadual também entrou no processo de desmobilização, oferecendo empregos para os

acampados. Mas, mesmo diante de tantos desafios os sem-terra resistiram e o governo federal desistiu de controlar o acampamento. Porém depois de um ano de lutas, onde um modelo de organização começou a ser estabelecido, com os trabalhos do assentamento sendo realizados por comissões e as decisões tomadas coletivamente, o cansaço e o desânimo começou a tomar conta dos acampados.

Para evitar uma derrota completa dos acampados, que representavam na verdade uma opção de projeto de desenvolvimento alternativo ao do governo federal, a Igreja se propôs a comprar terras para o assentamento dos acampados. Ali, na Encruzilhada Natalino, estavam expostos dois caminhos, efetivamente se estava em uma encruzilhada: ou se seguia o projeto do governo de agronegócios, e de concentração de terras, ou se abria uma possibilidade de permanência e sobrevivência da agricultura de base familiar democratizando o acesso a terra. A decisão da Igreja, que foi proposta pelos próprios acampados, animou os sem-terra a permanecerem na luta pela reforma agrária.

Já era 1982 quando os acampados começaram a ser transferido para uma área adquirida pela Igreja no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, porém como a extensão de terras não era suficiente para todos, uma parte dos acampados continuou aguardando um novo assentamento. Mesmo estando em seu território os sem-terra continuaram sendo perseguidos pela polícia militar.

Em 1983, com a mudança do governo do Estado, mais três assentamentos foram criados. E assim a luta dos sem-terra se iniciava, ficando claro que o caminho para realização da reforma agrária era a sua união e organização e os assentamentos só seriam efetivados se o movimento pressionasse politicamente os governos com a ocupação de terras.

Nessa época, outros processos de ocupação já vinham ocorrendo, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, entre outros estados e, mesmo sem uma articulação nacional organizada, os sem-terra eram solidários na sua luta. Como exemplo pode ser citado o fato dos acampados na Fazenda Burro Branco, no oeste catarinense, ocupada em 1980, enviarem para o Acampamento Encruzilhada Natalino alimentos oriundos da sua

primeira colheita. Esse tipo de relacionamento marcaria a história do MST, onde, posteriormente, os estados mais organizados colaborariam com a implantação do MST nas regiões onde os sem-terra precisariam de apoio (FERNANDES, 1999).

Da luta pela terra, nasceu o interesse em formar uma organização que representasse os interesses dos sem-terra; assim após algumas reuniões de lideranças de vários estados do Brasil, a Comissão Regional Sul promoveu na cidade de Cascavel, no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de 92 pessoas entre sem-terras, sindicalistas, agentes da pastoral e assessores, momento em que o MST foi criado de fato. Estavam representados os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território Federal de Roraima (FERNANDES, 1999).

O primeiro encontro dos sem-terra teve o objetivo de trocar idéias e experiências entre os seus membros e a partir do conhecimento das lutas de cada estado, formular um modelo de organização e atuação nacional. Praticamente o modelo de organização do MST surgiu da prática dos acampamentos e assentamentos. Uma das distinções dessa organização era a base coletiva, portanto desde o início o movimento não teve um presidente, mas sim coordenações coletivas e uma série de outras instâncias de representação e execução, conforme o quadro abaixo compilado de Fernandes (1999):

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES
CONGRESSO NACIONAL ENCONTRO NACIONAL COORDENAÇÃO NACIONAL DIREÇÃO NACIONAL ENCONTRO ESTADUAL COORDENAÇÃO ESTADUAL DIREÇÃO ESTADUAL COORDENAÇÃO REGIONAL COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS	SECRETARIA NACIONAL SECRETARIAS ESTADUAIS SETOR DE FRENTE DE MASSA SETOR DE FORMAÇÃO SETOR DE EDUCAÇÃO SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS SETOR DE COMUNICAÇÃO SETOR DE FINANÇAS SETOR DE PROJETOS SETOR DE DIREITOS HUMANOS SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SETOR DE SAÚDE COLETIVO DE MULHERES COLETIVO DE CULTURA ARTICULAÇÃO DOS PESQUISADORES MÍSTICA

Esse modelo de organização foi ganhando forma ao longo dos Encontros e Congressos do MST e foi descrito por Fernandes (1999, p. 173 - 174), conforme segue:

1 - Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos, tem como objetivo a definição de linhas conjunturais e estratégicas, bem como a confraternização entre os sem-terra com a sociedade;

2 - Encontro Nacional, realizado a cada dois anos para avaliar, formular e aprovar linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividades;

3 - Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados de cada estado e por dois membros dos setores de atividades, que se reúnem de acordo com um planejamento anual. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e Encontro Nacional, bem como pelas decisões tomadas pelos setores de atividades;

4 - Direção Nacional, é uma representação composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. As funções e

divisão dos trabalhos dos membros da Direção Nacional são ratificadas pela Coordenação Nacional, que devem acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar na organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades.

5 – Encontros Estaduais, realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST. Programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional;

6 – Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais;

7 – Direções Estaduais, são representações compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais. Seus membros também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades;

8 – Coordenações Regionais, composta por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores;

9 – Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores.

10 – Na formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos, com maior ou menor vinculação, foram formados grupos de base. Esses grupos são compostos por famílias, por jovens ou por grupos de trabalhos específicos: educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação, finanças etc., que compõem a coordenação do assentamento.

A estrutura organizativa do MST foi constituída a partir das experiências do dia a dia, da luta pela terra, das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos, no conflito com o governo e com o latifúndio, mas é uma estrutura que ao longo do tempo vai se adaptando ao próprio movimento e suas necessidades, como pode ser observado na citação abaixo:

Assim, nesse processo de construção de forma em movimento, os sem-terra construíram sua estrutura organizativa. Todavia, vale lembrar que essa estrutura está em constante transformação, conforme as necessidades da organização e desenvolvimento do MST. Desse modo, são nos assentamentos, nos acampamentos, nas secretarias, nas escolas, nas marchas, nas ocupações, nas diversas manifestações, nos encontros e congressos, nesses espaços, momentos e territórios de socialização e ressocialização que o MST materializa sua estrutura organizativa: das suas formas de organização das Atividades e das instâncias de representação. (FERNANDES, 1999, p. 174).

No seu processo de desenvolvimento, em suas lutas e embates, o MST foi construindo um conjunto de princípios, conforme segue: lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher (FERNANDES, 1999).

Para seguir toda essas orientações, o movimento dispõe de uma rígida disciplina, que passa a ser um princípio, como os mencionados acima e, assim como os demais, é construído na prática do dia a dia, no aprendizado nas experiências. “Por essa razão, o estudo é outro princípio organizativo básico. Não basta dizer que a luta é justa, é preciso aprender a lutar e fazer a luta” (FERNANDES, 1999, p. 77).

Dessa maneira, o MST foi sendo germinado entre 1979 a 1984, onde um conjunto de movimentos de trabalhadores sem-terra, pequenos proprietários, trabalhadores da agricultura, posseiros, meeiros, se organizaram em lutas pela posse da terra por todo o Brasil. Nas várias ocupações realizadas por esses agricultores que este novo movimento foi sendo construído. Essas ocupações representaram todo um aprendizado, do acampamento ao assentamento, até mesmo a reintegração de posse trouxe um aprendizado, pois geralmente os juízes são rápidos nessas ações, porém quando os sem terra são interessados em uma causa, como a desapropriação

de uma fazenda improdutiva, por exemplo, os processos se arrastam ao longo de anos, demonstrando para os sem-terra que o caminho para conquistar a reforma agrária é a união, a luta, a ocupação e a resistência, por meio de uma forte organização entre os próprios sem-terras de todo país.

O ESTABELECIMENTO DO MST EM RORAIMA

Após vinte e dois anos de existência o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chegou a Roraima com objetivo de instalar suas bases no estado. Mais precisamente em julho de 2006 ocorreu a primeira ocupação do MST. Foram 150 famílias que ocuparam a antiga fazenda Bamerindus, localizada as margens da BR 174, no Município de Boa Vista, acerca de 30 quilômetro do centro da cidade. Esta fazenda, que pertenceu ao banco Bamerindus, na época já era de domínio da União e de responsabilidade do INCRA para fins da reforma agrária.

A implantação do MST em Roraima faz parte do processo de territorialização desse movimento. Assim, a partir de sua chegada, após a primeira ocupação várias outras ocorreram. Essa é uma das formas de mobilização do movimento, ou seja, é um meio de animar, organizar e politizar as famílias sem-terra do estado. Desse modo, logo em seguida outras três ocupações foram realizadas. Em 11 de agosto foi ocupada a fazenda Caju, na cidade de Bonfim, com 130 famílias; outra ocupação ocorreu no município de Mucajaí, na fazenda da EMBRAPA, Empresa Brasileira de Agropecuária, com 120 famílias. Essas ocupações ocorreram ainda em 2006. A terceira ocupação ocorreu no início do ano de 2007, na Fazenda Tabocas, com a participação de 80 família, no município do Cantá.

O primeiro Encontro Estadual do MST, em Roraima, foi realizado em janeiro de 2007 e contou com a participação de 120 pessoas, entre representantes dos pré-assentamentos e acampamentos do estado, convidados e simpatizantes do MST.

Durante o ano de 2007 o MST deixou a fazenda Bamerindus e a Fazenda Caju, centrando forças em assentamentos e pré-assentamentos no Município do Cantá. Um dos assentamentos é o Jatobá, que conta com 89 famílias. Havia

uma previsão para que, naquele mesmo ano, as famílias recebessem créditos referentes à sua instalação.

A instalação do MST em Roraima foi uma decisão da direção Nacional, e a tarefa coube a direção regional do estado de Pernambuco. Um dos objetivos do movimento é o de contrapor o modelo de desenvolvimento agrícola proposto para Roraima, pelo governo do Estado, ou seja, uma agricultura desenvolvida a partir do agronegócio voltada para exportação. Dessa maneira, o MST propõe um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável com bases na agricultura familiar. A concretização dessa proposta deverá ser alcançada por meio da reforma agrária.

A trajetória do MST em terras roraimense segue os princípios do movimento em nível nacional, onde os estados que já possuem uma organização consolidada colaboram com a instalação nos estados que os sem-terra precisam de apoio para sua articulação.

Assim, a direção regional de Pernambuco enviou 10 militantes para coordenarem as ações do MST no estado. Logo na chegada, os militantes sentiram as dificuldades de instalar o movimento nessa região da Amazônia: problemas de saúde e de adaptação ao clima quente foram os entraves iniciais, mas a distância de outros núcleos do MST também representara mais um dos desafios que teriam pela frente.

Segundo a coordenação estadual a grande questão a ser desenvolvida é a da mobilização dos trabalhadores, pois a cultura paternalista e assistencialista do governo do estado é uma barreira a ser vencida.

Com a tarefa de mobilizar os sem-terra, no dia 16 de abril de 2007, durante o Abril Vermelho e a Romaria da Terra, realizou-se uma marcha de 35 quilômetros, do município do Cantá ao Centro da Cidade de Boa Vista com a participação de 400 trabalhadores. Na chegada realizaram várias manifestações e entregaram documentos reivindicatórios ao governo do estado, ao INCRA e ao Banco da Amazônia. (SEM TERRA, 2007)

Em agosto de 2007, com a falta de atendimento de suas reivindicações por parte do INCRA, realizaram mais uma mobilização: dessa vez foi interdita a BR 174, no trecho que liga a cidade de Boa Vista ao Município de Mucajaí. Os manifestantes chamavam a atenção do Superintendente do INCRA,

reivindicavam uma audiência e apoio para as famílias nos pré-assentamentos e acampamentos (MST BLOQUEIA BR 174, 2007).

Atualmente o MST vem reivindicando ao INCRA e ao Governo do Estado a melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, com a construção de estradas e pontes ou a recuperação e manutenção das mesmas; a melhoria do acesso as escolas aos filhos dos assentados; construção de postos de saúde nos assentamentos; apoio ao desenvolvimento tecnológico dos assentamentos, com a construção de estufas e sistemas de irrigação, cestas básicas, liberação de crédito para o homem do campo; criação de novos projetos de assentamentos e investimentos na área de habitação, além da regularização fundiária.

A realidade das ações dos sem-terra na região Norte difere da atuação do movimento na região Sul, pelo menos no que diz respeito a ocupação de terras, como podemos observar na seguinte citação:

É preciso lembrar que são regiões diferentes da região Norte e Centro-Oeste, onde ainda está se deslocando a frente pioneira. No Sul e no Sudeste, entretanto, a luta não está baseada na disputa de terras devolutas ou desocupadas, mas no questionamento do uso da terra, da manutenção de extensos latifúndios. (MARTINS, 1985, p. 101).

Ainda que a citação remeta a uma realidade de mais de vinte anos atrás e que a região sofreu transformações nesse tempo, a observação de Martins é pertinente para o caso de Roraima, pois nesse estado, existe um estoque de terras significativo sob domínio da união. Para corroborar esse pensamento, podemos identificar o processo de territorialização do MST no estado de Roraima, e perceber que os acampamentos de sem-terras estão situados em terras da União. Atualmente, não existe nenhuma propriedade privada, em Roraima, ocupada por famílias vinculadas ao MST, conforme informações obtidas com a coordenação estadual.

Como o número de militantes ainda é pequeno, nem todas as formas de organização e instâncias de representação estão em atividade, mas a coordenação estadual já funciona, bem como os setores de mobilização, educação, produção e a secretaria estadual.

Com a chegada do MST em Roraima podemos perceber, por intermédio dos meios de comunicação local, especialmente a imprensa escrita, que o

problema dos assentamentos rurais ganharam uma nova dimensão, os problemas enfrentados pelas famílias assentadas receberam maior atenção e os governo federal, estadual e até mesmo o municipal (caso específico da Prefeitura Municipal de Boa Vista, capital do estado), passaram a oferecer maior atenção aos assentados.

No caso do Governo Federal, as ações são referentes ao trabalho do INCRA. Segundo a direção estadual do MST, os processos de regularização dos assentamentos e dos lotes passaram a ter maior agilidade, a Superintendência Regional ampliou o diálogo com os assentados e também regularizou o apoio aos acampados e assentados que enfrentam problemas de alimentação com a liberação de cestas de alimentos.

Assim, é possível perceber que a presença do MST no estado possibilitou um maior destaque na agenda política das questões relativas às famílias assentadas. Em pouco tempo o MST, em nível local, implementou aquilo que o movimento em nível nacional vem fazendo a mais de 20 anos: evidenciar a questão agrária e promover a luta pela reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise até aqui realizada percebemos que o MST tem desenvolvido um significativo papel político em prol de ações governamentais na execução de assentamentos rurais. A luta pela terra e o processo de ocupação de fazendas e áreas públicas impulsionam a política de assentamento do governo federal.

Os governos têm chamado essas políticas de assentamento rural de reforma agrária, alguns sociólogos acreditam que uma certa reforma agrária esteja em curso. Porém, as leituras até aqui realizadas demonstram que as ações governamentais são focalizadas e as políticas são compensatórias não assumindo um caráter universalizante, mantendo milhares de famílias sem-terra a margem dessas políticas.

A presença do MST em Roraima, a vigésima quarta unidade da federação a receber esse movimento, demonstra o esforço dessa organização em transformar a sua luta em uma dimensão nacional.

Em pouco menos de dois anos o MST já alcançou resultados positivos e, preliminarmente, diferentemente das críticas recebidas pela organização, esta vem dialogando com outros movimentos sociais rurais e urbanos, reforçando a luta pela melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e principalmente apresentando uma alternativa de desenvolvimento agrícola, oposto ao hegemônico modelo neoliberal do agronegócio e da monocultura.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição aos estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciência Sociais. Vol. 21 n°. 62 outubro/2006. p. 27-42.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n° 10, jul/dez 2003, p. 154-189.

GRAZIANO, Xico, O carma da terra. São Pauo: A Girafa Editora,2004.

IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da amazônia. 2ª Ed. Petrópolis : Vozes, 1979.

_____. Colonização e contra reforma agrária na amazônia. Petrópolis : Vozes, 1979.

MST BLOQUEIA BR 174 E REVOLTA POPULARES. Jornal Folha de Boa Vista on line. Boa Vista, 14 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?Id=27546> . Acessado em 21/08/2007.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo : Proposta Editorial, 1980.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo : Hucitec, 1980.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1981.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1984.

- _____. O sujeito oculto. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2003.
- _____. Reforma Agrária o impossível diálogo. São Paulo : EDUSP, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde S. de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro : FASE, 1999.
- NAVARRO, Zander. “Mobilizações sem emancipação” – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. Cap. 4. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. p. 189-231
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6ª edição. Petrópolis : Vozes, 1988.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais São Paulo : Edições Loyola, 1993.
- SEM TERRA realizam primeiro encontro em Roraima. Informativo disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2639> , acessado em 06/12/2007
- WEHRMANN, Magda E. S. F. A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, como parte do requisitos para obtenção do título de Doutor, Brasília 1999.

ARTIGO

UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL EM SANTARÉM DO PARÁ SAIRÉ: rito, festa e poder – 1996 a 2004³

RESUMO: O propósito do texto é apresentar a trajetória que os moradores da vila de Alter do Chão, em Santarém do Pará, efetuaram para reorganizar uma prática cultural proibida durante 30 anos e como a memória foi utilizada para reconstruí-la, configurando-se em instrumento de poder. O Sairé marca a identidade desses moradores que compartilham tradições construídas e socializadas através da oralidade e se materializa na ladainha, nos mastros, na procissão, nos símbolos e nas danças. Utilizando a História Oral pretende-se refletir as narrativas desses comunitários num momento de mudanças no Sairé, período de 1996 a 2004, quando se afloram de modo significativo suas percepções sobre cultura, lembrança, tradição e poder.

Palavras-chave: Sairé, Poder, Tradição, Memória.

INTRODUÇÃO

Entender, no contexto atual, as mudanças e permanências no ritual do Sairé é traçar um itinerário em busca dos possíveis lapsos de memória, é perceber no hoje, as "marcas" do passado, mesmo diante das rápidas mudanças ocorridas atualmente na sociedade.

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, UFPA e em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, UVA. claulaurido@yahoo.com.br

2 Graduada em Pedagogia pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, ILES e em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, UVA. blanco@bol.com.br

3 Este artigo surgiu de discussões em torno do trabalho de conclusão do curso de História em 2006. Agradecemos o Professor e Mestre Ipojuca Dias Campos pela orientação e contribuição no debate nesse trabalho.